

MILITARIZAÇÃO DA VIDA E AVANÇO DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

RAFAEL MAUL DE CARVALHO COSTA¹  

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Educação do Campo, Seropédica, RJ, Brasil.

RESUMO

Procura-se neste artigo compreender as marcas da militarização como elemento estruturante do Estado na América Latina e, em especial, no Brasil. Toma-se como ponto de partida o protagonismo dos movimentos sociais nas lutas contra a violência de Estado e na elaboração do conhecimento sobre o que seriam essas formas de militarização. Busca-se problematizar tanto a permanência de processos de militarização quanto a sua intensificação em determinados momentos, e a percepção do atual avanço destas políticas e práticas que produzem também subjetividades que naturalizam e legitimam a violência de Estado.

Palavras-chave: Estado; Militarização; Movimentos sociais

Correspondência:

Rafael Maul de Carvalho Costa
rafamaulc2@gmail.com

Submetido em:

18/10/2022

Revisto em:

15/02/2023

Aceito em:

18/02/2023

Como citar:

Costa, R. M. C. (2023).
Militarização da vida
e avanço da violência
de estado. *Arquivos Brasileiros
de Psicologia*, 75spe:e004.
<http://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP-2022v75spe.0004>



MILITARIZATION OF LIFE AND ADVANCE OF STATE VIOLENCE

ABSTRACT

This article seeks to understand the marks of militarization as a structuring element of the State in Latin America and especially in Brazil. It takes as a starting point the role of social movements in the struggle against state violence and in the development of knowledge about what these forms of militarization would be. It seeks to problematize both the permanence of militarization processes and their intensification at certain times and the perception of the current advance of these policies and practices which also produce subjectivities that naturalize and legitimize state violence.

Key words: State; Militarization; Social movements.

MILITARIZACIÓN DE LA VIDA Y AVANCE DE LA VIOLENCIA DE ESTADO

RESUMEN

Se busca en este artículo comprender las marcas de la militarización como elemento estructurante del Estado en América Latina y, en especial, en Brasil. Se toma como punto de partida el protagonismo de los movimientos sociales en las luchas contra la violencia de Estado y en la elaboración del conocimiento sobre cuáles serían esas formas de militarización. Se busca problematizar tanto la permanencia de procesos de militarización, como su intensificación en determinados momentos y la percepción del actual avance de estas políticas y prácticas, que producen también subjetividades que naturalizan y legitiman la violencia de Estado.

Palabras clave: Estado; Militarización; Movimientos sociales.

Este artigo é fruto das provocações afloradas ao participar como debatedor no IV Colóquio Internacional Michel Foucault¹, assim como de seus desdobramentos a partir das falas dos expositores Raul Zibechi e Jorge Dávila, com os quais tive a honra de poder compor a mesa. Com a motivação das problematizações presentes no campo da atuação política, de uma tradição que tem por base uma crítica ativa do Estado, no combate às suas violências e diversas formas de opressão, assim como pela constante tentativa de construção cotidiana de relações, ações e alternativas contra-hegemônicas, as inquietações e proposições deste trabalho serão apresentadas a partir da reflexão teórica que emerge dos movimentos sociais, especialmente as que atravessam o Grupo Tortura Nunca Mais – Rio de Janeiro (GTNM-RJ). Reflexões teóricas de movimento e em movimento. Desta forma, é importante reconhecer que o que nos move aqui é menos a rigorosa adesão à determinada perspectiva teórica e mais os encontros cruzados de perspectivas teóricas diversas nas construções ativas de movimentos em suas lutas. Evidentemente dizer isso não significa relegar à desimportância as teorias, mas sim que elas aqui emergirão a partir das problematizações que reconheceremos entre os autores com os quais dialogaremos e o campo de movimentos que traremos como sujeitos para nosso debate, especialmente o próprio GTNM-RJ. Para os limites deste artigo, nos interessa apontar a necessidade de mergulhar mais profundamente nos sentidos englobados pelo que identificamos como militarização, que passam por políticas públicas de repressão, pela gestão militar e militarizada do Estado (que deve ser analisada em sua forma autoritária e repressiva, como também pelos objetivos e interesses de poder que a orientam) e pela construção de determinadas subjetividades que reforçam e legitimam a militarização.

A MILITARIZAÇÃO COMO UMA MARCA DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Em março de 2021, Raul Zibéchi apontava a relação entre a militarização e um possível ocaso capitalista. Neste sentido, considerava que:

O sistema se abdicou de integrar as classes populares, já não almeja sequer dialogar com elas, mas se limita a vigiá-las e controlá-las. Antes deste período militarista, prendia-se os descarrilados para corrigi-los. Agora, trata-se de vigiar a céu aberto camadas inteiras e majoritárias da população (Zibechi, 2021).

¹ A mesa do colóquio pode ser assistida em <https://www.youtube.com/watch?v=Mr1qUv4MQkc>, assim como as demais podem também ser vistas no canal do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ) (<https://www.youtube.com/c/PPFHUERJBR>).

A análise que Zibechi desenvolve é instigante, entretanto, é possível que ainda esteja partindo de recortes um tanto otimistas sobre a história. A história do capitalismo na América Latina não parece regida por maiores momentos de tentativa de integração das classes populares. Se vimos este movimento borbulhante de contradições após a queda das ditaduras do Cone Sul e, em continuidade, nas mediações orientadas pelos órgãos internacionais para gerir a crise do neoliberalismo, vemos também que, apesar do refinamento do controle "a céu aberto", processos de militarização são constantes em nossas sociedades. Desde momentos de gênese dos Estados independentes e repúblicas latino-americanas, passando pelos diversos governos abertamente autoritários que exerceram o poder, chegando mesmo aos incrementos militaristas em governos que representam os campos progressistas da institucionalidade de nossos países, a tônica muda de roupa, mas não deixa de vestir farda. No caso do Brasil, a força de processos e projetos de militarização está na própria proclamação da República, se reforça em suas duas longas ditaduras, mas não retrocede significativamente nos períodos democráticos. É verdade, contudo, que há transformações que devem ser olhadas com atenção por nós. Zibechi, na continuidade de seu argumento, afirma que quando "um sistema precisa militarizar a vida cotidiana para controlar as majorias, é possível dizer que está com os dias contados. Mesmo que, na realidade, esses dias precisem ser medidos em anos ou décadas" (2021). Em uma certa perspectiva parece que, no sentido da hegemonia, como elaborado por Gramsci (2012), o sistema já não sustenta mais a força maior do consenso, tornando cada vez mais abertamente coercitivo, o que indicaria alguma fragilidade. Por outro lado, talvez o processo de militarização do cotidiano seja uma inflexão na qual a coerção se encontra com o consenso, caminhando no fio de uma navalha entre a ameaça, a chantagem e a legitimação, representada pela violência e pelo Estado que atua nos territórios (marcadamente periféricos, negros e indígenas) com suas instituições formais e para além delas.

Dez anos antes deste artigo de Zibechi, em 2001, o Comitê Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) chamou o Brasil para tratar do relatório sobre a tortura no Brasil, encaminhado com 10 anos de atraso pelo Estado brasileiro. Na ocasião o GTNM-RJ esteve presente, representado por Cecília Coimbra. Já naquele momento, após expor um breve quadro histórico da tortura no Brasil, desde a colônia, Coimbra constatava que:

a relação entre pobreza e criminalidade – disseminadas por todo o século XX, hoje atualiza-se e está presente nas falas daqueles que

defendem a militarização da segurança pública, temerosos pelas ondas de violência que os meios de comunicação alardeiam. Está presente quando acreditamos que é uma realidade vivermos em uma "guerra civil" e que é natural que suspeitos – porque pobres – sejam torturados e até desapareçam. Tais crenças têm acompanhado ao longo do último século – pelo menos – os pensamentos, percepções, sentimentos e comportamentos dos brasileiros. Por isso não nos espantamos quando somente, em 1988, a tortura é oficialmente colocada como crime em nossa Constituição e, quase 10 anos depois, em 1997, é tipificada (Coimbra, 2001).

Apesar de estar colocando o foco na tortura (uma prática que acompanha os processos de militarização), Coimbra articula o problema com a defesa da militarização da segurança pública que já encontrava amplo espaço nos debates da sociedade brasileira. A militarização justificaria-se exatamente por uma construção (também subjetiva e ideológica) da criminalização da pobreza e da existência de uma situação de "guerra civil". Coimbra é ainda mais assertiva na continuidade de seu argumento, ao afirmar que

Uma nova "Doutrina de Segurança Nacional" que tem hoje como seu "inimigo interno" não mais os opositores políticos, mas os milhares de miseráveis que perambulam por nossos campos e cidades. Os milhares de sem teto, sem-terra, sem casa, sem emprego que, vivendo miseravelmente, põem em risco a "segurança" do regime (2001).

O ano de 2001 foi emblemático no que se refere ao avanço de projetos articulados de militarização na América Latina. Após os atentados de 11/09 nos EUA, propagou-se rapidamente uma suposta guerra ao terrorismo, foi utilizada como justificativa para a repressão a diversos movimentos sociais, o que também acentuou os processos de criminalização da pobreza. Em função disso, 25 organizações de Direitos Humanos (doravante DH) latino-americanas se reuniram para pensar a situação e constataram que havia uma "tendência à militarização como resposta à gravíssima crise social e política" que atingia todos os países do continente. Entendiam que o processo, que já vinha

acontecendo há algum tempo, em consequência do atentado de 11 de setembro, está sendo legitimado pelas doutrinas e práticas "antiterroristas", estimuladas pelos EUA, que identifica os ativistas políticos com "inimigos internos", classificando-os como "delinquentes". Uma prática comum em todos os países da América Latina tem sido a de aplicar o conceito de terrorismo, para perseguir os movimentos

sociais sem jamais fazer menção ao "terrorismo de Estado", que tantas vidas tem sacrificado na região (Grupo Tortura Nunca Mais Rio de Janeiro [GTNM-RJ], 2002).

A lógica da militarização não retrocede, mesmo quando discursos de inclusão social e projetos de ampliação da cidadania se apresentam com mais força. No Brasil, em 2004, foi criada a Força Nacional de Segurança Pública (FNS). Muito criticada inclusive com paralelos sobre a extinta guarda nacional, a FNS é composta "por militares dos Estados e do Distrito Federal e por servidores das atividades-fim dos órgãos de segurança pública, do sistema prisional e de perícia criminal dos entes federativos" (Ministério da Justiça e Segurança Pública [MJSP], n.da), ou seja, "policiais militares, civis, bombeiros militares e peritos dos estados e do Distrito Federal" (MJSP, n.db). Essa composição acaba por reforçar a lógica policial e violenta das atuações das polícias militares dos Estados e, não à toa, a FNS atuou desde a sua criação em momentos de controle de manifestações e em operações que resultaram em chacinas em territórios favelados, como em 2007 no Complexo do Alemão (RJ), quando "a megaoperação realizada pelo governo do estado com apoio da Força Nacional de Segurança terminou no massacre de 19 pessoas em um dia, a maioria com evidências de execução sumária, conforme laudos periciais solicitados pela Secretaria Especial de DH da Presidência da República" (Mehl, 2010).

O exemplo da FNS não é isolado, pelo contrário, segue lógicas, normativas e recomendações da própria ONU e suas "tropas da paz". A partir dos anos 2000, o Estado brasileiro realizou um movimento contundente nessa direção, sendo os dois exemplos mais significativos a criação da FNS e a coordenação militar da intervenção das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), iniciada em 2007 e só completamente desmobilizada em 2017, tendo sido amplamente denunciada por violações de DH naquele país (Dulce, 2019). É possível tranquilamente corroborar com a visão de que a

militarização da segurança pública vem se fortalecendo em nível planetário. Não por acaso, sua eficiência vem sendo proclamada no contexto atual de Estado mínimo, de desmoralização/corrupção dos poderes públicos, de políticas públicas ineficazes, de sucateamento dos serviços públicos, em especial saúde e educação. [...] Voltam com força os que pregam penas mais duras, prisão perpétua, baixa da idade penal e até pena de morte. Instala-se o terror penal. Fortalece-se

o mito de que penas mais severas seriam a resposta à violência (GTNM-RJ, 2008).

Essa perspectiva converge com o que Zibechi chama de "modelo extrativo neoliberal depredador e genocida" que, segundo a compreensão do autor e a nossa, precisa ser quebrado e tornado ingovernável a partir dos "ventos vindos de baixo". É neste sentido que ele analisa que este modelo implica

verdadeira ditadura militar nas áreas e regiões onde opera. O militarismo se subordina a esta lógica de acumulação mediante a violência, pela simples razão de que não é possível roubar os bens dos povos sem lhes apontar as armas. Militarismo se conjuga com violência, desaparecimentos forçados, feminicídios e estupros. No mais, sempre propicia o nascimento de grupos paramilitares que acompanham as grandes obras extrativistas e que, embora sejam considerados ilegais, conforme demonstram Colômbia e México, são treinados e armados pelas forças armadas (Zibechi, 2021).

Em 2010, Vera Malaguti era uma das que chamava atenção para que a "política de ocupação de áreas pobres, idealizada pelos EUA há décadas, [...] visa também garantir um controle militarizado da vida das pessoas, além de abrir caminho para 'os negócios transnacionais e olímpicos'". A autora chamava esse processo naquele momento de "gestão policial da vida", a partir de "um projeto de ocupação militarizada nas áreas de pobreza do Rio de Janeiro" (Nader & Brito, 2010). Em 2011, em Minas Gerais, o Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania denunciava as políticas do Estado e da prefeitura no sentido da "privatização e o aniquilamento do espaço público levados às máximas consequências", e ressaltava que faziam "parte desse quadro a segregação das favelas e comunidades de periferia e a militarização da sociedade: ruas e praças públicas tornaram-se espaços privados, monitorados, cercados, quadriculados [...]" (Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário no Estado de Minas Gerais, 2011).

O entendimento de que a contínua violência de Estado sobre a população negra, pobre e periférica constitui também a manutenção de lógicas próprias de ditaduras militares, os diversos movimentos sociais populares têm denunciado há muito tempo². Cabe aqui ressaltar que todo o debate sobre

² Sobre a relação inseparável entre a violência de Estado e as relações de raça, gênero, classe, assim como elementos regionais que as atravessam no Brasil, cabe apontar que estamos desenvolvendo neste momento uma pesquisa de pós-doutorado em psicologia, centrada no

militarização explícita que esta é uma questão fundamentalmente imbricada com a manutenção dos controles racistas, sexistas e de classe em nossas sociedades, não nos deixando esquecer que o Estado moderno se funda e se estrutura sobre essas formas de opressão e exploração. Territórios e pessoas atingidas, assim como os movimentos que se levantam contra esses processos, são, na esmagadora maioria, negros, indígenas e periféricos, tendo importante protagonismo de resistência ao longo da história de mulheres e, cada vez mais evidenciado, LGBTQIAP³. Como um dos exemplos podemos citar o Movimento Mães de Maio, que produz de forma ativa a conexão entre ditadura e violência de Estado nos tempos atuais, politizando de forma contumaz o debate sobre a categoria de desaparecimento político. Este movimento foi convidado a receber em 2013 o Prêmio de DH do governo federal. Na entrega, a representante Debora da Silva, afirmou

Quando a gente sente na pele o que é perder um filho, a gente também se põe no lugar das vítimas do passado, da ditadura militar, para a gente comemorar o fim dessa ditadura, a gente tem que desmilitarizar a polícia, [...] Para a representante do movimento, uma democracia com uma polícia militarizada é uma "falsa democracia" (Redação, 2013).

A entrega foi realizada pelo então ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, que, durante o exercício desta função, recebeu diversas críticas exatamente por atuações que reforçavam a militarização da sociedade. Saindo do espaço da violência das grandes cidades, mas reforçando o caráter racista dessas políticas, podemos visualizar a questão sobre comunidades indígenas.

No ano de 2014 o Estado foi denunciado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) por militarizar a Terra Indígena Tupinambá. O governo federal, na ocasião, enviou a FNS para realizar a reintegração de posse de um território já comprovadamente indígena, enquanto tramitava o processo junto, exatamente, ao Ministério da Justiça (MJ). Como a história de grande parte da violência contra indígenas em nosso país, esse caso, da Serra do Padeiro, também tinha uma longa história de violações, torturas e assassinatos. Sobre o evento de 2014, a CPT corroborava e informava a opinião do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de que

debate sobre a construção das ideias de "atingidos políticos" e "comuns" (presos, mortos e desaparecidos).

³ Como exemplo de movimento social LGBTQIAP+ que articula ditadura e atualidade a partir de um olhar para o sistema prisional, ver: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossie-transbrasil-sistema-prisional.pdf>.

a militarização do território Tupinambá somente agrava a situação vivida pelos Tupinambá e ocupantes não índios. A solução do caso depende, necessariamente, da imediata publicação da portaria declaratória da Terra Indígena Tupinambá, bem como, o pagamento das indenizações devidas aos ocupantes não indígenas e o reassentamento daqueles que têm perfil para a reforma agrária. É inteira responsabilidade do governo Dilma evitar ou causar uma tragédia na Serra do Padeiro, terra do povo Tupinambá (Conselho Indigenista Missionário [CIMM], 2014).

Esse fato não era isolado, mas fazia parte de uma política do próprio MJ, como é possível perceber pela denúncia de organizações indígenas, reverberada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), sobre um decreto elaborado por Cardozo:

No final de novembro do ano passado, a minuta com as intenções do governo para o futuro do procedimento demarcatório foi encaminhada para a Bancada Indígena da CNPI e revoltou as organizações e povos indígenas. "Contrariamente às alegações do governo, a dita portaria eterniza a não demarcação de terras indígenas, fragiliza a Funai, e desenha um quadro assustador de acirramento de conflitos" [...] Novamente entendemos que o Ministro da Justiça visa outras intenções que não aquela de *regular* os procedimentos do Decreto 1.775, mas sim o de *estrangular* [...], inviabilizando-os para que, como nos anos de chumbo o faziam agentes de uma FUNAI militarizada, protelava o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas para que os invasores tivessem tempo suficiente para consolidar suas "propriedades" (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil [APIB], 2014).

O processo de militarização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), como denunciado pelas organizações indígenas e parceiras, se aprofunda após a conjuntura de crise e golpe institucional de 2016⁴ (Fundação Oswaldo Cruz [FIOCRUZ], n. d.). Assim, em novembro do mesmo ano, o povo Terena (MS) denunciava a nomeação de um militar para a coordenação regional da Fundação, com a ocupação da sede de Campo Grande

⁴ Em abril de 2016 a presidenta brasileira Dilma Rousseff sofreu um processo de *impeachment*. Aqui assumimos a retórica do *golpe* a fim de marcar a construção de um acordo jurídico-legislativo, orientado por interesses empresariais, que colocou em xeque a rigorosidade processual e atropelou, portanto, o que seria entendido legalmente como os interesses do Estado Democrático de Direito. Sabemos, contudo, que estes interesses são também orientados pelas forças de poder privados que, coerente com o que defendemos neste artigo, compõe o próprio Estado mesmo quando não está presente com representantes diretos na estrutura dos três poderes. Para uma análise geral do golpe, ver Jinkings, Doria e Cleto (2016).

"Este governo deseja militarizar a Funai novamente e sabemos que isso não é bom", diz Lindomar Terena. O Terena explica que as tentativas de militarizar a Funai tiveram início tão logo Michel Temer assumiu o Palácio do Planalto depois do golpe parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff (Santana, 2016).

Entre os anos de 2012 e 2016 o Brasil viveu processos de acirramento da repressão a movimentos sociais em diversos âmbitos, muito marcado pelos anos de 2013 e 2014, no contexto da produção de grandes eventos. A produção sobre os acontecimentos destes anos já é vasta. Vale aqui ressaltar que o processo de militarização que vimos até agora se aprofundou sobremaneira a partir de então. Um caso emblemático que não pode ficar de fora aqui foi o da ocupação do exército na favela da Maré (Silva, 2017), no Rio de Janeiro, em 2014, como forma de controle daquele território durante a Copa do Mundo de Futebol.

Com a autorização da Presidência da República, as Forças Armadas tinham poder de polícia e podiam efetuar prisões em flagrante, patrulhamento e vistoria. Com isso, a Maré ganhou ares de um verdadeiro território de guerra, com tanques circulando pelas ruas, soldados com armas de alto calibre, arames farpados e sacos de areia como barricadas (Oliveira, 2017).

A partir de então começa a se desenhar estruturas e tecnologias de repressão que passam a ser cada vez mais amplamente utilizadas pelo Estado, que intensificará seu incremento após o golpe institucional de 2016. Entre as medidas que foram sendo tomadas desde os grandes eventos, ao menos, podemos citar:

surgimento de leis e restrições legais e administrativas ao direito ao protesto; a repressão e o uso da força para coibir e reprimir o direito à livre manifestação; a falta de responsabilização dos policiais que atacam a população; e a necessidade de se cobrar dos Estados uma transformação na forma como eles lidam com suas populações (Campagnani, 2017).

Com o lastro criado por todo esse processo de militarização em território nacional e com a experiência do Haiti, chegamos em 2018 à intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro (Sá, 2018). O episódio desta intervenção merece análise em separado e com compromisso de buscar o entendimento do lugar que esta ação do Estado cumpriu na reorganização do poder territorial não apenas nesta cidade, mas em todo o país. Não se deve esquecer ainda que foi enquanto investigava a Intervenção Militar que a vereadora Marielle Franco foi

assassinada, em crime até hoje sem solução jurídica. O ano de 2018 foi o ano das eleições federais e, desta vez, foi eleito presidente exatamente o candidato capitão reformado do exército, que tem como principal base eleitoral a cidade do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que a Intervenção contribuiu para deixar o caminho livre para o projeto de militarização do Estado e do cotidiano da sociedade representado pelo candidato vencedor.

Voltemos só um pouco no tempo. Em relatório sobre a violência de Estado do ano de 2007, o GTNM-RJ apontava mais uma vez a manutenção de práticas próprias da ditadura militar no cotidiano da dita democracia. Afirmava então:

Podemos enumerar algumas dessas práticas, tais como: prisões arbitrárias, sequestros, desaparecimentos, torturas, registros nas delegacias policiais das execuções sumárias como sendo resistências à prisão (autos de resistência) e as técnicas utilizadas nos diferentes treinamentos militares [...]. A violência desses treinamentos se faz sentir, principalmente, nas chamadas “Tropas de Elite”, como o BOPE da Polícia Militar, o CORE [...] da Polícia Civil e a Força Nacional de Segurança. O funcionamento desta última lembra o modelo dos DOI-CODIs criados pela ditadura militar como órgãos centralizadores, coordenadores e executores da repressão contra os opositores políticos [...] Soma-se a essas práticas de violação a presença de antigos membros da repressão do período militar ocupando cargos públicos de confiança, quase sempre na área da segurança pública. Nestes espaços estão presentes a ideologia da militarização, da guerra, do confronto e da eliminação. Ou seja, a mesma lógica da Doutrina de Segurança Nacional que tinha como alvo o chamado inimigo interno (GTNM-RJ, 2007).

Não podemos considerar exatamente uma surpresa que o elemento militar seja cada vez mais o aspecto do Estado-nação que interessa ao Capital. E o Estado-nação é, em sua constituição e ao fim, um elemento de organização do próprio mundo capitalista, ou seja, seu sentido de existência está diretamente ligado à organização do mundo capitalista. Desta forma, é possível entender, também a partir de uma noção de Estado ampliado, que forças e organizações que atuam no controle territorial dos setores subalternizados, desses espaços de concretização da zona do não ser (pra pegar emprestado o conceito de Fanon (2022) e dialogar com as argumentações dos demais expositores do colóquio de onde essas problematizações se originam), são parte do próprio Estado, atuam com interesse de Estado (para além da articulação maior ou menor com setores

governamentais) e, portanto, são constituintes também da militarização da sociedade (Florentino & Goulart, 2022). A militarização, desta forma, enquanto mecanismo de garantia das formas de acumulação (como diz Zibechi, não meramente econômicas), pode se revelar tanto de forma oficial ou oficiosa. É certo que há no interior dos governos conflitos e contradições, que podem ser entendidas como possíveis brechas de luta, entretanto, podemos identificar os processos de militarização e também de judicialização punitivista (que são parte de um mesmo todo), como eixos inegociáveis e que estão presentes em todas as gestões dos Estados nos últimos tempos.

Se tudo isso já se fazia evidente em 2007 (e antes), não há dúvida que 12 anos depois o quadro tomara proporções que a maioria das pessoas não conseguiria imaginar. Centraremos, portanto, um pouco nossa análise nesse aspecto.

MILITARIZAÇÃO E PRESENÇA MILITAR NO “APARELHO DE ESTADO”

Já nos primeiros momentos do governo que sobe ao poder em 2019, pode-se perceber o movimento do novo chefe do executivo em preencher cargos diversos com indivíduos provindos das Forças Armadas e das forças policiais estaduais⁵.

Em março de 2021 a Rede Brasil Atual, publicou uma matéria em que divulgava os resultados da pesquisa realizada pelo cientista político William Nozaki. Nela o autor mostrava como militares passaram a ocupar cargos estratégicos na maior parte dos ministérios, de forma mais intensa mesmo que durante a ditadura iniciada em 1964.

Os tentáculos das armas se estendem de uma maneira mais ampla por toda a estrutura do governo. Tal presença não só é, certamente, uma das maiores da história brasileira de todos os tempos, de fazer inveja até mesmo aos períodos militares, como também ela tem rendido outros ganhos corporativos às Forças Armadas (Mota, 2021).

O estudo também chama a atenção para a presença de militares no controle de diversas empresas públicas. Em julho do mesmo ano, o Jornal Brasil de Fato publica uma reportagem que tem como centro outra relação das Forças Armadas com a indicação de cargos nos governos. O jornal chama a atenção

⁵ O ex-deputado Jair Bolsonaro chega à presidência com um longo histórico de defesa e exaltação da tortura e de torturadores, do assassinato em massa de opositores políticos, do desaparecimento forçado e de falas violentamente racistas e sexistas.

para as nomeações de familiares de militares para cargos de confiança. Entre esses familiares estão filhas e filhos de generais do primeiro escalão do governo, como do vice-presidente Hamilton Mourão e dos generais Braga Netto e Vilas Boas (Segalla, 2021). Para além do provável nepotismo, interessa aqui também apontar como nesse caso a nomeação de civis ligados diretamente a interesses militares também revela um aspecto da militarização da estrutura do Estado (Marchesini, 2021; Martins, 2021).

Gostaríamos de apontar algumas questões que precisam se desdobrar para análises mais profundas sobre os caminhos da militarização. Identificar os militares e seus familiares que ocupam cargos importantes na estrutura de Estado é fundamental, entretanto, é necessário que ampliemos a percepção sobre a militarização tanto no que diz respeito aos interesses articulados por grupos militares em conjunto com setores empresariais, quanto sobre a capilaridade complexa que a militarização vai assumindo nos diversos espaços sociais, sua força objetiva de organização de territórios para além da ação direta de agentes de Estado e sua força subjetiva e ideológica, que constrói processos de naturalização e legitimação.

Sobre o aspecto institucional, nossos apontamentos aqui serão iniciais, a partir de um breve olhar sobre três órgãos de governo no início do ano de 2020. Em apenas um breve levantamento no site do governo sobre os cargos ocupados na Controladoria Geral da União, Secretaria Geral e Secretaria de Governo, algumas indicações instigantes se revelam. Para além dos militares que estavam nesses órgãos (19 em um universo de 50 funcionários), pudemos perceber quatro policiais (dois militares, um rodoviário federal e um federal), oito com suas atuações centralmente relacionadas a questões de gestão militar em diversos âmbitos, cinco formados pelos institutos superiores militares (Instituto Militar de Engenharia – IME e Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA). Somando então, nesse restrito universo, já temos 72% de funcionários em postos-chaves tendo relação direta com os interesses militares. Para além destes, temos na lista algumas pessoas agraciadas com honrarias militares diversas. Outro elemento que nos chama a atenção, e que é preciso ser colocado nessa articulação com a gestão militarizada, é a presença de pessoas ligadas a interesses de grandes empresas privadas e de empresas que atuam em áreas estratégicas, como setores energéticos, de gestão de informações, do setor financeiro e dos setores de comerciais e de logística. Nesses três órgãos olhados por nós, ao menos oito funcionários têm ampla atuação nesses setores (e em outros). Nosso levantamento total inclui ainda parte dos ministérios, mas carece de sistematização e atualização.

De forma mais sistemática e focalizando no momento eleitoral mais recente, a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJRacial) – organização da Baixada Fluminense-RJ que debate Segurança Pública “a partir da centralidade do racismo e o enfrentamento aos privilégios da branquitude” (Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial [IDMJRacial], 2020) – realizou um levantamento das candidaturas militares para o legislativo, identificando 212, sendo o estado do Rio de Janeiro o que apresenta maior incidência (IDMJRacial, 2022). O levantamento não leva em conta o que chamamos atenção acima, ou seja, que mesmo em candidaturas não explicitamente militares, se faz presente os projetos de militarização. A IDMJR, entretanto, aponta essa questão a partir de um elemento hoje fundamental da militarização; o que a organização chama de milicialização. Podemos perceber a indicação de métodos diversos de militarização, em que um tende a se expressar mais a partir do controle territorial das milícias e outro mais focalizado na construção de políticas públicas policiais. A preocupação da IDMJR com o processo eleitoral chama a atenção, neste sentido, de que

O discurso da direita e dos ditos progressistas com raras exceções sobre a política de drogas é pautado na moral cristã, com metodologias diferentes, mas com princípios semelhantes. Caso, a direita vença com Cláudio Castro (PL), a política da milicialização e produção de morte continuará, caso os ditos progressistas vençam o retorno das polícias de proximidade que tanto geraram desaparecimento forçado, mortes e controles sobre corpos negros nas favelas com as UPPs deverá retornar junto com a farsa da incorporação de novas tecnologias para o suposto enfrentamento à criminalidade (IDMJRacial, 2022).

Ao falar das milícias é ainda necessário, mesmo que de forma breve, evidenciar que temos o entendimento aqui que as milícias não estão em contradição com o Estado. Mais à frente procuraremos realizar alguns apontamentos sobre a crítica do Estado, porém, adiantando, entendemos que este, desde sua gênese moderna europeia, sempre foi atravessado e gerenciado por forças e interesses privados, não devendo assim ser feita nenhuma confusão que trate *Estado* e *público* como sinônimos, muito menos tratando *Estado* e *poder privado* como dicotômicos. Mais uma vez, para pensar as milícias, a IDMJR nos ajuda a entender a relação com o Estado

[...] entendemos que as milícias não são um poder paralelo ao Estado, as milícias são o Estado. Pois, as milícias são compostas por agentes ou ex-agentes de segurança pública. Ademais, como ressalta Achille

Mbembe em seu livro *Necropolítica*, o Estado exerce a soberania e possui o poder de escolher quem pode viver e ou morrer. Em que esta soberania pode ser exercida por entes privados ou públicos, ou seja, o Estado pode utilizar das relações com as milícias para exercer sua soberania de produção de morte. [...] Ao discutirmos o Estado e a atual política de segurança pública, precisamos entender que empresas de segurança privada, a mobilização de igrejas, privatização de exércitos e empresas transnacionais fazem parte desta produção de morte, ou seja, são instrumentos do exercício da soberania deste Estado. Logo, não existe um poder paralelo, já que as milícias e o varejo de drogas fazem parte desta maquinaria estatal (IDMJRacial, 2022).

Até aqui pudemos desenhar um breve quadro que evidencia a militarização como um mecanismo estruturante do Estado, com tendência de ampliação, no sentido da garantia das políticas repressivas e de controle de territórios e grupos periféricos, negros e indígenas, mantendo assim os interesses racistas, sexistas e de classe que fundam este Estado. Uma vez que estruturante, a militarização se revela e amplia não apenas em dispositivos objetivos e institucionalizados, mas também na construção de subjetividades e lógicas de organização e relações na sociedade, desta forma é possível perceber um processo de militarização da vida.

PALAVRAS FINAIS

A finalização deste artigo se deu em algumas etapas ao longo de 2022, sendo assim atravessada por eventos extremamente marcantes para pensar o processo de militarização. Entre estes eventos, houve dois na América Latina que, num primeiro olhar podem não ser vistos como interligados, mas que, tragicamente, se cruzam diretamente em nosso debate. O primeiro diz respeito à destruição, pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro no dia 11/05, do memorial em homenagem às pessoas assassinadas no Jacarezinho em 2021. Um ato que não está nada isolado, ao contrário, chega a ser uma atitude esperada da violência de Estado que organiza o cotidiano da cidade⁶. A destruição deste memorial é também uma afirmação de poder e memória, além de estar localizado em um rol de estratégias eleitorais do governador que, agora sabemos, alcançou seu objetivo ainda no primeiro turno das eleições de

⁶ Ver: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/05/governador-claudio-castro-defende-acao-da-policia-que-destruiu-memorial-para-homenagear-mortos-em-operacao-no-jacarezinho-apologia-ao-crime.ghtml>.

outubro⁷. O segundo evento de que estamos falando se refere à remilitarização das áreas ancestrais dos povos Mapuches, no Chile, pelo governo de Boric⁸, considerado uma vitória da esquerda institucional – inclusive como vitória em relação aos movimentos de luta por memória, verdade e justiça sobre a ditadura Pinochet. Os dois eventos são emblemáticos, por demonstrarem políticas com princípios bastante alinhados, contudo, executadas por governos supostamente antagônicos. Boric, jovem representante da esquerda latino-americana. Claudio Castro, governador alinhado às forças fascistas crescentes no Brasil, que se torna vitorioso pela evidente vinculação aos domínios territoriais milicianos do Estado e pelo seu discurso de defesa contundente da violência de Estado.

Ao pensar sobre a realidade Venezuelana, Jorge Davila nos trouxe no colóquio uma interessante reflexão sobre a construção teórica e militar do conceito de *Militaridade*. Tal conceito é uma elaboração acadêmica militar da Venezuela que procura dar conta da relação entre um certo militarismo bolivarista (ou do lugar para o qual o Estado venezuelano sob o comando de Chávez e Maduro, levaram o projeto bolivarista) e a construção da Venezuelanidade. Entendida como figura epistemológica da instituição militar fundamental para a República Bolivariana da Venezuela, esta permitiria fazer uma união entre o militar e o cidadão, representada pela “Venezuelanidade, o espírito de luta, a unidade e o patriotismo, em um Estado Democrático e social, de Direito e Justiça, para Segurança Nacional”. Segundo Jorge, os autores procuram dissociar da ideia de militarismo, argumentando na direção de uma união cívica-militar, que, no entanto, levaria a uma expansão da militarização, ainda segundo Jorge, ao ponto de estruturar toda a sociedade civil em forma de milícia. O fato dessa noção ser apresentada por setores que, como alerta o próprio Dávila, nós precisamos *ousar* a chamar de esquerda não é qualquer coisa.

Se na Venezuela uma concepção como essa pode ser apresentada de forma positiva por setores dirigentes de um Estado vinculado a tradições da esquerda, com vias a construir uma coesão nacional, ou seja, se afirmando e atuando diretamente nas produções de subjetividades e nos debates ideológicos, ela não está tão distante assim do que vem ocorrendo em

⁷ Ver: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/74722/massacre-na-vila-cruzeiro-sob-governo-de-claudio-castro-chacinas-viram-rotina-no-rio>.

⁸ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/boric-recua-e-ordena-remilitarizacao-de-areas-mapuche-no-chile.shtml>.

outros lugares da América Latina. O avanço da militarização e a construção de um campo ideológico que a legitima juntamente com a judicialização e o punitivismo têm feito convergir práticas da institucionalidade de direita à esquerda. A aproximação de Boric e Claudio Castro é apenas uma forma de ilustrar o momento. Outros exemplos citados ao longo deste texto e muitos outros que ficaram de fora são cotidianos. Neste sentido, talvez e infelizmente, a concepção de militaridade elaborada na Venezuela não esteja tão distante de uma realidade, se entendermos que há uma constante da militarização na formação social, que passa em alguns momentos (como o atual) por uma profunda agudização e refinamento de seus métodos de operação, mas que de forma geral é uma marca da organização do Estado no capitalismo, em especial na América Latina. Aqui, porém, não entendemos como projeto positivo para a transformação social, mas sim como uma questão fundamental dos mecanismos de controle. Essa permanência se relaciona com a dimensão subjetiva. Aí temos a militarização da vida, coisa para que os movimentos sociais têm chamado a atenção, em especial os movimentos populares. Uma militarização que não se dá apenas a partir da ação militar em si, mas que se faz presente cada vez mais nas formas das pessoas se relacionarem e entenderem de forma naturalizada relações de poder militarizadas. Infelizmente aqui não será possível aprofundar determinadas dimensões subjetivas, porém, levando em consideração provocações suscitadas pela fala de Dávila, cabe dialogar com a ideia também de milicialização, aqui trazida por Gisele Florentino, pensando a realidade do Rio de Janeiro.

A criminalidade só existe porque há participação direta no Estado. Dentro da lógica de acumulação de capital da sociedade capitalista a polícia vai criando seus negócios, como grupos de extermínio, segurança privada ilegal e com o **projeto de Milicialização enquanto política de segurança pública**, onde as milícias controlam atividades econômicas inteiras em favelas, também disputam o comércio do tráfico de drogas (Florentino, 2022).

O olhar sobre os diversos aspectos e as formas da judicialização e da militarização que vemos nos deve conduzir a uma crítica ativa e radical do Estado, para isso é necessário partir da construção realizada pelos movimentos sociais e organizações que atuam diretamente com as lutas populares, especialmente negras, indígenas, de trabalhadores, de mulheres, de povos tradicionais, LGBTQIA+. Reconhecer o protagonismo desses movimentos é também reconhecer que são eles que produzem o conhecimento que estamos

debatendo e que envolvem a militarização e a judicialização da vida. No âmbito do Rio de Janeiro, um conjunto de movimentos vem tentando bem recentemente convergir nessa perspectiva, levando a algumas articulações, entre as quais ressaltamos a criação do Fórum Popular de Segurança Pública, que, em sua carta de lançamento afirma:

Se faz necessário voltarmos a discutir o que é o Estado, pois isso permitirá ampliar a nossa perspectiva sobre segurança pública sobre bases populares. Hoje, ao falarmos de segurança pública, precisamos entender a relação das milícias e do varejo de drogas com o Estado e com grandes empresas, o papel do sistema de justiça e de seu direito burguês e suas institucionalidades, a militarização da vida e da política, a luta por terra e todo processo de especulação imobiliária. Além disso, precisamos falar sobre o papel das instituições religiosas ultraconservadoras na construção da lógica militarizada, proibicionista e de produção de morte e toda engrenagem do sistema prisional (Fórum Popular de Segurança Pública do Rio de Janeiro [FPOPSEG], 2022).

O Fórum chama atenção também para a força e importância da articulação entre a militarização, o Estado e determinadas instituições religiosas ultraconservadoras. Aqui é importante marcar esse aspecto que é um dos elementos fundamentais na sedimentação da militarização (da judicialização e do punitivismo) na subjetividade da sociedade. Essas instituições também marcam a força empresarial no Estado (juntamente com outras, evidentemente), uma vez que são, ao fim e ao cabo, um *empresariado neopentecostal*.

Nos parece, portanto, que na América Latina ao menos, a luta contra a militarização é também uma luta contra o Estado, mesmo que muitas vezes se reivindique ações contundentes do próprio Estado. Isso não se dá de forma contraditória, uma vez que as relações que engendram o Estado atravessam toda a sociedade. É exatamente por isso que, penso, as ações dos movimentos sociais se tornam tão mais transformadoras, quanto mais conseguem se diferenciar do Estado e construir, a partir desta autonomia, pressões, resistências e alternativas ao poder de Estado. Ao contrário, o que acabamos vendo e vivendo é a "fagocitação" dos movimentos e de suas lutas para aquilo que chamamos simplificada de "o interior do Estado", ou seja, da absorção institucional de sujeitos e lutas a órgãos estatais e a redução das perspectivas de transformação à lógica da cidadania e do Estado, na sua constante readaptação para manutenção das relações de poder.

REFERÊNCIAS

- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. (2014, abril 8). *Organizações divulgam parecer rechaçando proposta do MJ de alterar demarcações de terras*. Brasília: APIB. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2014/04/08/organizacoes-divulgam-parecer-rechacando-proposta-do-mj-de-alterar-demarcacoes-de-terras/>
- Campagnani, M. (2017, novembro 29). Criminalização dos protestos e militarização – lançamento de relatório sobre América Latina. *Justiça Global*. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <http://www.global.org.br/blog/criminalizacao-dos-protestos-e-militarizacao-lancamento-de-relatorio-sobre-america-latina/>
- Coimbra, C. M. B. (2001). *Práticas psi e tortura no Brasil*. Rio de Janeiro: Grupo Tortura Nunca Mais Rio de Janeiro. Recuperado em 14 de setembro de 2022 de <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/praticas-psi-e-tortura-no-brasil-2/>
- Conselho Indigenista Missionário. (2014). *A volta da ditadura: governo Dilma militariza terra indígena Tupinambá*. Brasília: CIMI. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/12-noticias/conflitos/1905-a-volta-da-ditadura-governo-dilma-militariza-terra-indigena-tupinamba>
- Dulce, E. (2019, outubro 17). Há dois anos terminava a missão do exército brasileiro no Haiti: “Sucesso para quem?” *Rede Jubileu Sul*. Recuperado em 12 de julho de 2022 de <https://jubileusul.org.br/noticias/ha-dois-anos-terminava-a-missao-do-exercito-brasileiro-no-haiti-sucesso-para-quem/?cn-reloaded=1>
- Fanon, F. (2022) *.Os condenados da terra*. São Paulo: Zahar.
- Florentino, G. (2022, julho 12). *Operações policiais: o cotidiano de morte em favelas e periferias*. Rio de Janeiro: Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial. Recuperado em 14 de setembro de 2022 de <https://dmjracial.com/2022/07/12/operacoes-policiais-o-cotidiano-de-mortes-em-favelas-e-periferias/>
- Florentino, G., & Goulart, F. (2022, julho 13). *Esquartejamento, decapitação e execução em Magé*. Rio de Janeiro: Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial. Recuperado em 14 de setembro de 2022 de <https://dmjracial.com/2022/07/13/esquartejamento-decapitacao-e-execucao-em-mage/>
- Fórum Popular de Segurança Pública do Rio de Janeiro. (2022). *Manifesto popular contra a violência de estado e pelo bem viver*. Rio de Janeiro: FPOPSEG. Recuperado em 14 de setembro de 2022 de <https://fpopseg.org/2022/06/28/hello-world/>
- Fundação Oswaldo Cruz. (n. d). MS Violência econômica e territorial contra o povo Terena. *Mapa de Conflitos*. Recuperado em 14 de setembro de 2022 de <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ms-violencia-economica-e-territorial-contra-o-povo-terena/>
- Gramsci, A. (2012). *Cadernos do cárcere* (vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Grupo Tortura Nunca Mais Rio de Janeiro. (2002). II consulta latinoamericana y del Caribe sobre defensores de derechos humanos. *Noticias Aqui*. Recuperado em 12 de julho de 2022 de <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/ii-consulta-latinoamericana-y-del-caribe-sobre-defensores-de-derechos-humanos/>

- Grupo Tortura Nunca Mais Rio de Janeiro. (2008). Que guerra é essa? *Noticias Aqui*. Recuperado em 12 de julho de 2022 de <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/que-guerra-e-essa/>
- Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. (2020). *Quem somos*. Rio de Janeiro: IDMJRacial. Recuperado em 14 de fevereiro de 2022 de <https://dmjracial.com/quem-somos/>
- Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. (2022). *Eleições: o partido do capitalismo*. Rio de Janeiro: IDMJRacial. Recuperado em 30 de setembro de 2022 de <https://dmjracial.com/2022/09/29/eleicoes-o-partido-capitalismo/>
- Jinkings, I., Doria, K., & Cleto, M. (Orgs.). (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo.
- Marchesini, L. (2021, agosto 1). Em 70 órgãos, militares ocupam 18,3% dos 14,6 mil cargos comissionados no governo Bolsonaro. *Metropoles*. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <https://www.metropoles.com/brasil/em-70-orgaos-militares-ocupam-183-dos-146-mil-cargos-comissionados-no-governo-bolsonaro>
- Martins, R. M. (2021, maio 18). Por que os militares se metem quando e como querem na política – e sem medo de punição. *The Intercept*. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <https://theintercept.com/2022/05/18/controle-civil-militares-governo-bolsonaro-politica/>
- Mehl, G. (2010, novembro 27). Nota pública: não aceitamos mais uma chacina. *Justiça Global*. Recuperado em 12 de julho de 2022 de <http://www.global.org.br/blog/nota-publica-nao-aceitamos-mais-uma-chacina/>
- Ministério da Justiça e Segurança Pública. (n.da). *Força nacional de segurança pública*. Brasília: MJSP. Recuperado em 12 de julho de 2022 de https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca_publica/forca-nacional-de-seguranca-publica#quadro_dfns
- Ministério da Justiça e Segurança Pública. (n.db). *Saiba mais sobre a atuação da força nacional de segurança pública*. Brasília: MJSP. Recuperado em 12 de julho de 2022 de <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1546630482.88>
- Motta, C. (2021, maio 18). Mais de 6 mil militares atuam em cargos civis no governo Jair Bolsonaro. *Rede Brasil Atual*. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/05/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/>
- Nader, V., & Brito, G. (2010, dezembro 9). *Rio de Janeiro e segurança pública: "não sei se é fascismo ou farsismo"*. Rio de Janeiro: Grupo Tortura Nunca Mais Rio de Janeiro. Recuperado em 12 de julho de 2022 de <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/rio-de-janeiro-e-seguranca-publica-%c2%91nao-sei-se-e-fascismo-ou-farsismo%c2%92/>
- Oliveira, R. (2017, julho 1). O resultado da ocupação das forças armadas na Maré. *MareOnline*. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <https://mareonline.com.br/o-resultado-da-ocupacao-das-forcas-armadas-na-mare/>

- Redação. (2013, dezembro 12). Em prêmio, Movimento Mães de Maio defende desmilitarização da polícia. *Correio Braziliense*. Recuperado em 12 de julho de 2022 de <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/12/12/interna-brasil,403127/em-premio-movimento-maes-de-maio-defende-desmilitarizacao-da-policia.shtml>
- Sá, M. B. (2018, julho 19). "Sucesso" e "sacrifício" nas Intervenções militares brasileiras: Haiti e Rio de Janeiro no século XXI. *Rede Jubileu Sul*. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <https://jubileusul.org.br/noticias/sucesso-e-sacrificio-nas-intervencoes-militares-brasileiras-haiti-e-rio-de-janeiro-no-seculo-xxi/?cn-reloaded=1>
- Santana, R. (2016). Indígenas do povo Terena ocupam a Funai em Campo Grande (MS) contra nomeação de coronel. *CIMI Notícias*. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <https://cimi.org.br/2016/11/39010/>
- Segalla, V. (2021, julho 20). A mamata veste farda? Quem são os militares com mulher e filhos empregados no governo. *Brasil de Fato*. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/20/a-mamata-veste-farda-quem-sao-os-militares-com-mulher-e-filhos-empregados-no-governo-federal>
- Silva, E. S. (2017). A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré. Recuperado em 11 de julho de 2022 de https://www.redesdamare.org.br/media/livros/Livro_Pesquisa_ExercitoMare_Maio2017.pdf
- Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário no Estado de Minas Gerais. (2011). Instituto Helena Greco de direitos humanos e cidadania repudia a repressão policial no aglomerado da Serra. *Jusbrasil*. Recuperado em 12 de julho de 2022 de <https://sitraemg.jusbrasil.com.br/noticias/2579349/instituto-helena-greco-de-direitos-humanos-e-cidadania-repudia-a-repressao-policial-no-aglomerado-da-serra>
- Zibechi, R. (2021). *A militarização, fase superior do extrativismo*. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos. Recuperado em 11 de julho de 2022 de <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/607883-a-militarizacao-fase-superior-do-extrativismo-artigo-de-raul-zibechi>